

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A modernização no campo e a tendência de proletarização da agricultura familiar. Um estudo de caso em Canápolis, MG, Brasil.

Carlos Alves do Nascimento y Samantha Rezende Mendes.

Cita:

Carlos Alves do Nascimento y Samantha Rezende Mendes (2009). *A modernização no campo e a tendência de proletarização da agricultura familiar. Um estudo de caso em Canápolis, MG, Brasil. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/355>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A modernização no campo e a tendência de proletarização da agricultura familiar

Um estudo de caso em Canápolis, MG, Brasil¹

Carlos Alves do Nascimento²

Samantha Rezende Mendes³

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo consiste em apresentar algumas conclusões de uma pesquisa de campo realizada no município de Canápolis, pertencente ao estado de Minas Gerais, Brasil. Essa pesquisa procurou entender as razões que fazem com que um determinado conjunto de unidades familiares “resistam” à modernização da agricultura (que tem impacto negativo sobre a força de trabalho agrícola e sobre os pequenos produtores familiares), como é o caso das famílias estritamente agrícolas (não pluriativas), que residem nas mesmas localidades e contam com as mesmas características sociais e culturais das famílias pluriativas. Adicionalmente, procurou-se analisar se a modernização do setor leva a família agrícola a se tornar, tendencialmente, família pluriativa ou família não agrícola. Assim como também analisar se a pluriatividade constitui-se em uma estratégia da família para manter-se no meio rural e na atividade agrícola ou ela decorre de uma necessidade, em razão da ausência de alternativas (apoio estatal) para agricultura, configurando-se ou não como um passo transitório para as famílias se converterem de vez em famílias não agrícolas.

¹ Os autores agradecem ao CNPq (Processo Nr. 479430/2007-1) por ter financiado a pesquisa de campo da qual resultou este artigo.

² Professor Doutor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. can@ie.ufu.br

³ Pesquisadora de Iniciação Científica do IE/UFU. samantha86_rezende@yahoo.com.br

As hipóteses de trabalho foram: i) a modernização agrícola e o avanço de monoculturas, a exemplo da cana-de-açúcar, podem estar forçando muitos pequenos produtores familiares a abandonar suas atividades agrícolas; e ii) Programas oficiais como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, podem estar servindo como fatores atenuantes da hipótese anterior.

Localizado na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP), o município de Canápolis ocupa uma área de 845,24 km², com uma população de 11.313 habitantes. A principal fonte de renda do município provém da atividade agropecuária diversificada, com destaque para a produção de abacaxi e cana-de-açúcar.

Obtivemos os nomes dos produtores rurais de Canápolis junto a instituições tais como: Sindicato dos Produtores Rurais de Canápolis, Cooperativa dos Produtores de Abacaxi de Canápolis, Instituto Mineiro de Agropecuária e Secretaria Municipal de Agricultura. Chegamos a uma relação final de nomes de 243 produtores rurais (após excluídos os nomes repetidos nas diferentes listas).

Considerou-se amostra aleatória simples e inferiu-se um número de 65 produtores para compor a amostra da pesquisa, correspondendo a 27,0% do total dos nomes da lista. O dimensionamento da amostra foi realizado com base no cálculo de proporções, utilizando-se o fator de correção de população finita. Sortearam-se os nomes de 4 em 4 ao longo da lista obtida.

ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Do total da amostra de 65 famílias, apenas 43 delas compuseram o conjunto da agricultura familiar pesquisada. Consideramos agricultura familiar apenas as famílias de empregadores com até dois empregados ou famílias de conta-próprias, ambos os tipos agrícolas e ou pluriativas – e com estabelecimentos de no máximo 120 hectares.

As famílias pluriativas tanto na amostra total (65 famílias), quanto na amostra específica da agricultura familiar (43 famílias), correspondem à maior fração (60,0%) do conjunto dos diferentes tipos de famílias. Essa informação justifica nosso interesse maior sobre esse tipo familiar, embora nos ocupemos também do conjunto das famílias estritamente agrícolas, uma vez que nos importa inferir sobre as perspectivas desse tipo familiar vir a se tornar família pluriativa, ou permanecer apenas como família agrícola, ou ainda a vir a se converter diretamente em família não agrícola.

Do conjunto da agricultura familiar da nossa amostra (43 famílias), 55,8% (24 famílias) produzem em estabelecimentos com até 10 hectares. Ou seja, mais da metade do universo da agricultura familiar entrevistada trabalha em estabelecimentos rurais relativamente pequenos, para

os padrões brasileiros. Se considerarmos apenas as famílias pluriativas, 17 dessas famílias (39,5% das 43 unidades familiares) produzem em estabelecimentos com até 10 hectares.

Ademais, 60,0% da agricultura familiar entrevistada não é proprietária das terras em que trabalham. Se observarmos apenas as unidades familiares que trabalham em estabelecimentos com até 10 hectares de área (24 famílias), aquela proporção aumenta para 88,0%.

Em outras palavras, além de parte significativa do universo da agricultura familiar pesquisada trabalhar em estabelecimentos relativamente pequenos, parte também significativa destas unidades familiares são de não proprietários. Essa informação reforça a hipótese de trabalho que aponta para uma situação de latente tendência dos pequenos produtores familiares a abandonarem as (ou a serem expulsos das) atividades agrícolas, em parte, por terem pouco acesso à terra e, em parte, por dependerem de possibilidades, não necessariamente asseguradas, de renovação dos contratos (formais ou informais) de arrendamento das propriedades em que exercem os trabalhos familiares.

Analisou-se também os diferentes tipos de famílias segundo faixas de tamanho de área dos estabelecimentos, incluindo um indicador de nível tecnológico⁴. Esse indicador foi construído para medir o grau de intensidade de envolvimento do produtor rural com melhorias para elevar a produtividade do estabelecimento. Quanto mais próximo de zero ou mais próximo de 1, a possibilidade da unidade familiar ser produtiva – e, portanto, mais apta ao mercado – será menor ou maior, respectivamente.

Entre os não proprietários, 31,0% deles são famílias de conta-próprias (agrícolas e pluriativas) com menos de 5 hectares de terra e apresentando indicador de nível tecnológico abaixo da média (no máximo 0,43). Considerando o índice do indicador tecnológico de 0,57 (ou seja, um pouco acima da média) e estabelecimentos com até 10 hectares, compreende-se 61,5% (ou 16 famílias) das unidades familiares de não proprietários.

Essas 16 famílias – com pouca terra para produzir, não proprietárias e com reduzido grau de envolvimento com melhorias tecnológicas nos estabelecimentos – constituem 37,2% do conjunto da agricultura familiar total da amostra pesquisada. Ou seja, mais de um terço da agricultura familiar pesquisada, em sua maioria famílias pluriativas, apresenta características que apontam para sua fragilidade em permanecer na atividade agrícola como fonte de geração de renda.

⁴ O indicador foi construído com base nas respostas ‘sim’ ou ‘não’ sobre se no estabelecimento o produtor usa assistência técnica, tração mecânica, se aduba o solo, se faz correção do solo (calcário), se faz análise do solo, se usa sementes certificadas, se tem energia elétrica para beneficiamentos. Somou-se essas variáveis e dividiu-se pelo número delas, obtendo uma variação entre 0 e 1 para os diferentes estabelecimentos.

Entre as unidades familiares proprietárias, nota-se que a situação não é tão melhor do que a das unidades não proprietárias. Quase um terço (27,3%) das unidades familiares proprietárias têm no máximo 10 hectares de terra e o indicador de nível tecnológico não é melhor do que para os produtores não proprietários.

Além disso, das 24 famílias com até 10 hectares de terra, 18 delas (48,6% das 37 famílias com até 50 hectares de terra) declararam ter tido acesso a algum tipo de crédito. Ou seja, as unidades familiares mais fragilizadas são as que mais recorreram ao crédito bancário. Isso é compreensível porque são as que têm menos recursos próprios para produzir. Estas famílias tiveram acesso aos recursos exclusivamente do PRONAF. Dadas as características de fragilidade já apontadas, percebe-se que o PRONAF pode estar representando uma importante fonte de apoio para os pequenos produtores contornarem aquelas fragilidades e lograrem permanecer resistindo às adversidades do setor, preservando sua identidade de agricultor, sem abandoná-la.

Considerando – entre as famílias com até 10 hectares de terra – que 58,0% do total das 118 pessoas com 10 anos ou mais de idade têm 25 anos ou mais (considerando todas as faixas de idade posteriores) e que não têm o 2º grau completo, percebe-se mais um complicador para a questão da fragilização da agricultura familiar pesquisada. Por outro lado, a baixa escolaridade da maior fração de pessoas analisadas significa um dificultador para que estas pessoas possam se inserir no mercado de trabalho assalariado e que, portanto, pode ser um elemento que dificulte o abandono das atividades agrícolas, por razões de maiores exigências de escolarização por parte do mercado de trabalho. Jovens e adultos alegavam nas entrevistas dificuldade de inserção no mercado de trabalho, em virtude da pouca oferta de oportunidades ocupacionais, mas também devido à sua baixa escolarização, e, por esta razão, sentiam-se forçados a continuar na “lida do campo”, esperando dias melhores na agricultura.

Outros entrevistados apontavam como dificultador para abandonar as atividades agrícolas – e que, portanto, permaneciam agricultores pluriativos (com algum filho, ou a cônjuge, ocupada em alguma atividade não agrícola) – o “custo de saída” da atividade, uma vez que já haviam gasto um montante para edificar uma certa infra-estrutura. A despeito da dificuldade de auferir retornos remuneradores dos investimentos realizados, decorrente da instabilidade da atividade agrícola, e dos baixos recursos próprios para enfrentar os momentos adversos da atividade, a baixa escolaridade e o custo de abandonar a infra-estrutura montada (sem alternativas visíveis no horizonte do mercado de trabalho), explica a permanência de muitos dos entrevistados nas atividades agrícolas, não obstante as características de fragilização mostradas anteriormente.

Constatou-se que 58,3% das famílias – com até 10 hectares de terra – têm apenas 3 pessoas por família. Considerando que mais da metade (53,0%) do total de pessoas com dez anos ou mais têm mais de 40 anos de idade e que os jovens não têm vontade de permanecer – segundo declaração deles próprios – nas atividades agrícolas⁵, pode-se supor uma plausível tendência de maior redução do número dessas famílias, de modo que isso fragiliza ainda mais a perspectiva de crescimento de casos de pluriatividade das famílias. Porque, por um lado, embora os jovens queiram se envolver em atividades não agrícolas, por outro, os mais velhos irão naturalmente se tornar incapacitados de permanecer exercendo as atividades agrícolas. O progressivo abandono das atividades agrícolas desfaz, para as famílias em que esse processo ocorre, o elo agrícola da combinação, própria da pluriatividade, ‘agrícola *com* não agrícola’. E o resultado, em muitos casos, poderá ser a conformação de famílias rurais de não ocupados (casal de aposentados com filhos residindo nas áreas urbanas) ou de famílias rurais não agrícolas (famílias com pelo menos um membro ocupado em alguma atividade não agrícola e nenhum outro ocupado em atividade agrícola).

Do ponto de vista das famílias pluriativas, deve-se ficar claro que tais famílias conciliam entre seus membros atividades *agrícolas* com atividades *não agrícolas*. Não existe pluriatividade sem o vínculo a uma atividade agrícola. Ou seja, a pluriatividade é constituída por dois vetores de determinação: um ‘lado agrícola’ e um ‘lado não agrícola’. Na falta de um deles, a pluriatividade deixa de existir. A literatura européia (e aí a brasileira a segue) associa a pluriatividade fundamental e exclusivamente às ocupações rurais não agrícolas – ORNAs (o ‘lado não agrícola’), as quais são derivadas de: i) entornos rurais com economias dinâmicas, ofertantes de ORNAs; ii) estratégias familiares de diversificação de atividades não agrícolas, não necessariamente de sobrevivência: a busca por inserção em novos mercados em resposta às dificuldades financeiras; uma tentativa de reduzir os riscos da atividade agrícola; ou ainda uma resposta às oportunidades surgidas nos mercados de trabalho e de produtos; iii) as migrações de familiares que se ocuparam em ORNAs, viabilizando remessas de rendas não agrícolas para os estabelecimentos; iv) as infra-estruturas das economias locais, os recursos naturais, culturais e humanos são também aspectos a serem levados em conta. (REIS, HESPANHA, PIRES, et al., 1990; FULLER, 1990; entre outros). Os trabalhos desenvolvidos no Brasil não fogem a essa abordagem (SOUZA, 2000; SCHNEIDER, 2003; SACCO DOS ANJOS, 2003; entre outros).

⁵ Por diversas razões, por eles apontadas: por um lado, porque são atividades pesadas, e, especialmente, com baixíssimo retorno monetário; e, por outro lado, porque se sentem atraído pelos atrativos urbanos (atividades não agrícolas, estudos, cultura em geral, etc.).

Ora, os dados aqui comentados sugerem que não somente o ‘lado não agrícola’ deve ser fomentado, mas também o ‘lado agrícola’ deve ser protegido, valorizado, evitando o abandono das atividades agrícolas pelos pequenos produtores. Porque, sem apoio ao lado agrícola e esse vindo a sofrer reverses forçando pequenos produtores a abandoná-lo, o lado não agrícola, quanto mais dinâmico, e sem políticas que valorizem os pequenos produtores agrícolas, pode viabilizar a conversão de famílias agrícolas em famílias *não agrícolas*, e não em famílias *pluriativas*⁶.

Por outro lado, a literatura associa também a pluriatividade à modernização da agricultura (ver, por exemplo, CARNEIRO, 1996; SCHNEIDER, 2003; SACCO DOS ANJOS, 2003) uma vez que a modernização significa aumento de produtividade no interior das unidades produtivas familiares e, conseqüentemente, liberação de parte da família para se ocupar em outras atividades, fora da agricultura, resultando em conformação de casos de famílias modernas pluriativas. Contudo, essa literatura não considera os dois lados do movimento dialético⁷ presente nesse processo de modernização e de conformação de casos de pluriatividade. Um dos lados é esse já descrito, da relação entre modernização, aumento de produtividade, liberação de força de trabalho familiar e pluriatividade. O outro, não mencionado por essa literatura, é o de que a modernização significa, para muitos pequenos produtores familiares, exclusão do mercado (decorrente do acirramento da concorrência). Nesse caso, muitos deles ou permanecerão marginalizados na sua relação com a terra, ou se tornarão famílias não agrícolas, porque tenderão a abandonar a atividade agrícola que lhe passa a ser mais onerosa do que o contrário.

Por ficarem marginalizados do mercado (de integração aos circuitos comerciais e produtivos dos agronegócios), haverá sempre a tendência a abandonarem a atividade agrícola, sobretudo, tendo-se em vista alguns fatores que contribuem para essa decisão (forçada pelas circunstâncias), especialmente entre os jovens. Quais sejam: a) a difusão, através dos meios de comunicação de massa, dos hábitos e necessidades urbanos; b) a crescente dificuldade de manter uma atividade agrícola não remuneradora; c) conjunturas duradouras de crise no setor agrícola; d) entornos rurais (economias locais) dinâmicos, do ponto de vista não agrícola, proporcionando maiores oportunidades ocupacionais fora da agricultura; e) o descaso histórico do Estado no tocante ao amparo ao amplo conjunto dos pequenos produtores familiares.

Em muitas das entrevistas essas questões estiveram claramente presentes. Vários agricultores entrevistados relataram que se manter na atividade agrícola é muito arriscado e difícil, mas também o é sair dela, porque o custo de saída, assim como foi o de entrada (no caso, por

⁶ Com isso não se está querendo contrapor – em termos de juízo de valor – um tipo de família a outro, se um é melhor do que outro. Apenas se está argumentando sobre o que pode favorecer o crescimento de um e de outro tipo familiar.

⁷ Ver essa questão em Nascimento (2006; 2008).

exemplo, de alguns produtores de abacaxi do município), é elevado. Nessas condições, em muitos exemplos relatados, o endividamento vai se tornando uma “bola de neve” sem, contudo, saberem como enfrentá-lo satisfatoriamente. Esse é o contexto em que muitos dos entrevistados explicitaram que pretendem recorrer (porque já presenciaram exemplos semelhantes, de pessoas conhecidas no município) à ocupação em alguma atividade não agrícola como um primeiro passo – mais confiável – para ir aos poucos abandonando as atividades agrícolas, para, no fim do processo, tornarem-se famílias não agrícolas. Ou seja, vêem a pluriatividade como um processo apenas transitório, como uma etapa confiável na conversão de família agrícola para família não agrícola. Não porque não gostem das atividades agrícolas. Pelo contrário. A questão é que se sentem sem aquele apoio necessário – das políticas públicas – para continuarem insistindo em ser agricultores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Colheu-se relatos diversos dos entrevistados a respeito do impacto que o avanço da cana-de-açúcar está provocando no município, e demais regiões circunvizinhas, em muitos casos forçando os pequenos produtores a arrendarem suas próprias terras, ou, para os casos de produtores não proprietários, não conseguirem arrendar terras de terceiros pela razão de que não conseguem competir com os preços de arrendamento pagos pelos produtores de cana. A consequência para esses produtores não proprietários é que terão que, se não quiserem abandonar as atividades agrícolas, recorrer ao arrendamento de terras em localidades mais distantes das que estavam acostumados, o que implica naturalmente em elevação de seus custos de produção. Ademais, foram também relatadas as dificuldades dos pequenos produtores – muitos deles animados com as possibilidades produtivas da modernização – a atenderem prontamente as exigências da modernização, em virtude do seu alto custo e do baixo retorno e pouco apoio estatal. O efeito desse quadro estrutural sobre a percepção dos jovens, filhos dos produtores familiares pesquisados, é o de que a agricultura não lhes promete possibilidade de reprodução social atrativa.

Esses e os demais elementos apresentados ao longo do texto corroboram para a plausibilidade das hipóteses levantadas na introdução deste artigo. Não se quer com isso dizer que uma pesquisa desse porte, em um município, seja pretensamente representativa da realidade do país, sequer do estado mineiro ou do TMAP. Mas, certamente que, considerando o rigor com o qual se procurou trabalhar, a pesquisa permite, se não for suficiente para confirmar as hipóteses de trabalho, pelo menos sustentá-las como pertinentes.

A modernização no campo e a tendência de proletarização da agricultura familiar: um estudo de caso em Canápolis, MG, Brasil.

Tabela 1: Distribuição dos tipos de famílias, segundo a posição na ocupação e o ramo de atividade: Canápolis, MG, 2008.

TIPO DE FAMÍLIA	Nr Fam.	% Fam (Pos. Ocup.)	% Fam (Ramo Ativ.)
Empregador com mais de 2 empregados	8	12,3	
Agrícola	1		1,5
Pluriativo	7		10,8
Empregador com até 2 empregados	15	23,1	
Agrícola	6		9,2
Pluriativo	9		13,8
Conta-próprias	37	56,9	
Agrícola	15		23,1
Pluriativo	20		30,8
Não agrícola	2		3,1
Assalariados	4	6,2	
Pluriativo	3		4,6
Não agrícola	1		1,5
Não Ocupados	1	1,5	1,5
TOTAL	65	100,0	100,0

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

A modernização no campo e a tendência de proletarização da agricultura familiar: um estudo de caso em Canápolis, MG, Brasil.

Tabela 2: Distribuição dos tipos de famílias da Agricultura Familiar, segundo a posição na ocupação e o ramo de atividade: Canápolis, MG, 2008.

TIPO DE FAMÍLIA	Nr Fam.	% Fam (Pos. Ocup.)	% Fam (Ramo Ativ.)
Empregador com até 2 empregados	9	20,9	
Agrícola	3		7,0
Pluriativo	6		14,0
Conta-próprias	34	79,1	
Agrícola	14		32,6
Pluriativo	20		46,5
TOTAL	43	100,0	100,0

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

A modernização no campo e a tendência de proletarização da agricultura familiar: um estudo de caso em Canápolis, MG, Brasil.

Tabela 3: Distribuição absoluta e relativa dos tipos de famílias da Agricultura Familiar, segundo a posição na ocupação, o ramo de atividade e faixas de tamanho de área: Canápolis, MG, 2008.

FAIXAS DE ÁREA (Em Hectares)	Empregador com até 2 empregados		Conta-próprias	
	Agrícolas (Nr Fam.)	Pluriativos (Nr Fam.)	Agrícolas (Nr Fam.)	Pluriativos (Nr Fam.)
De 0 até 5			6	12
Mais de 5 até 10		1	1	4
Mais de 10 até 20		1		1
Mais de 20 até 30		1	3	1
Mais de 30 até 50	1	2	3	
Mais de 50 até 90	2	1	1	2
TOTAL	3	6	14	20
PORCENTAGEM (%) sobre o total da agricultura familiar (43 fam.)				
De 0 até 5			14,0	27,9
Mais de 5 até 10		2,3	2,3	9,3
Mais de 10 até 20		2,3		2,3
Mais de 20 até 30		2,3	7,0	2,3
Mais de 30 até 50	2,3	4,7	7,0	
Mais de 50 até 90	4,7	2,3	2,3	4,7

Nota: O tamanho máximo dos estabelecimentos da agricultura familiar pesquisada é de 90 hectares.
Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

A modernização no campo e a tendência de proletarização da agricultura familiar: um estudo de caso em Canápolis, MG, Brasil.

Tabela 4: Distribuição absoluta e relativa da Agricultura Familiar, segundo faixas de tamanho de área e a condição do produtor: Canápolis, MG, 2008.

Condição do produtor	0 até 90 hectares		0 até 50 hectares		0 até 30 hectares		0 até 20 hectares		0 até 10 hectares	
	Nr Fam.	%	Nr Fam.	%	Nr Fam.	%	Nr Fam.	%	Nr Fam.	%
Proprietário	17	40	11	30	6	19	3	12	3	13
Arrendatário	26	60	26	70	25	81	23	88	21	88
Total	43	100	37	100	31	100	26	100	24	100

Nota: O tamanho máximo dos estabelecimentos da agricultura familiar pesquisada é de 90 hectares.
Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

A modernização no campo e a tendência de proletarização da agricultura familiar: um estudo de caso em Canápolis, MG, Brasil.

Tabela 5: Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 50 hectares), segundo a posição na ocupação, o ramo de atividade, faixas de tamanho de área, o índice de nível tecnológico e a condição do produtor: Canápolis, MG, 2008.

PROPRIETÁRIOS					
Faixas de Área (Em Hectares)	Índice de nível tecnológico	Empregador com até 2 empregados		Conta-próprias	
		Agrícolas (Nr Fam.)	Pluriativos (Nr Fam.)	Agrícolas (Nr Fam.)	Pluriativos (Nr Fam.)
Mais de 5 até 10	0,1				1
	0,3			1	
	0,6		1		
Mais de 20 até 30	0,1			1	
	0,7		1		
	1,0				1
Mais de 30 até 50	0,1			1	
	0,4			1	
	0,6	1	1	1	
NÃO PROPRIETÁRIOS					
Faixas de Área (Em Hectares)	Índice de nível tecnológico	Empregador com até 2 empregados		Conta-próprias	
		Pluriativos (Nr Fam.)		Agrícolas (Nr Fam.)	Pluriativos (Nr Fam.)
De 0 até 5	0,1			1	
	0,3				2
	0,4			2	3
	0,6			2	4
	0,7				3
Mais de 5 até 10	0,9			1	
	0,4				1
	0,6				1
Mais de 10 até 20	0,7				1
	0,6		1		1
Mais de 20 até 30	0,6			1	
	0,9			1	
Mais de 30 até 50	0,9		1		

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

A modernização no campo e a tendência de proletarização da agricultura familiar: um estudo de caso em Canápolis, MG, Brasil.

Tabela 6: Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 50 hectares) que tiveram acesso a alguma modalidade de crédito bancário (PRONAF ou outra fonte), segundo a posição na ocupação, o ramo de atividade e faixas de tamanho de área: Canápolis, MG, 2008.

PRONAF				
Faixas de Área (Em Hectares)	Empregador com até 2 empregados		Conta-próprias	
	Pluriativos (Nr Fam.)		Agrícolas (Nr Fam.)	Pluriativos (Nr Fam.)
De 0 até 5			4	11
Mais de 5 até 10	1			2
Mais de 10 até 20	1			1
Mais de 20 até 30			2	
PRONAF e outras fontes de Crédito				
De 0 até 5			4	11
Mais de 5 até 10	1			2
Mais de 10 até 20	1			1
Mais de 20 até 30			2	1
Mais de 30 até 50	1		1	

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

A modernização no campo e a tendência de proletarização da agricultura familiar: um estudo de caso em Canápolis, MG, Brasil.

Tabela 7: Distribuição do número de pessoas* da Agricultura Familiar (com até 10 hectares), segundo faixas de idade e escolaridade: Canápolis, MG, 2008.

Escolaridade	Faixas de Idade				
	10 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
analfabeto					4
apenas lê e escreve o nome				1	3
1ª a 4ª série incompleto			2	10	9
1ª a 4ª série completo	1		2	3	3
5ª a 8ª série incompleto	8	2	9	11	2
5ª a 8ª série completo	3	1	1	4	1
2º grau incompleto	10	2	2	1	
2º grau completo	1	3	7	7	
nível técnico			1		
superior incompleto	1	1	1	1	
superior completo		1	7	3	

(*) Pessoas com dez anos ou mais de idade.

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

A modernização no campo e a tendência de proletarização da agricultura familiar: um estudo de caso em Canápolis, MG, Brasil.

Tabela 8: Distribuição do número de famílias da Agricultura Familiar (com até 10 hectares) conforme o número de pessoas por família: Canápolis, MG, 2008.

Nr de Pessoas por Família	Nr de Famílias	% de Famílias	% Acumulado
2	7	29,2	29,2
3	7	29,2	58,3
4	6	25,0	83,3
5	1	4,2	87,5
6	1	4,2	91,7
7	2	8,3	100,0
Total	24	100	

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

A modernização no campo e a tendência de proletarização da agricultura familiar: um estudo de caso em Canápolis, MG, Brasil.

Tabela 9: Composição percentual da renda média anual da Agricultura Familiar (com até 10 hectares), segundo diferentes fontes de renda e tipos de famílias: Canápolis, MG, 2008.

TIPO DE FAMÍLIA	Renda Agrícola (%)	Renda Não agrícola (%)	Renda de Aposent./pensões (%)	Outras Fontes de renda (%)	Renda Média Anual (R\$)
Empregador com até 2 empregados					
Pluriativo	61,3	38,7	0,0	0,0	40996,0
Conta-própria					
Agrícola	89,8	0,0	9,3	0,9	21094,0
Pluriativo	63,0	23,5	4,5	8,9	25289,5

Fonte: Dados coletados na pesquisa de campo e elaborados pelos autores.

Referências bibliográficas

- CARNEIRO, M. J. T. Pluriatividade no campo: o caso francês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.11, n.32, p.89-105, out.1996b.
- FULLER, A. M. (1990). From Part Time Farming to Pluriativity: a decade of change in rural Europe. *Journal of Rural Studies*, London, v.6, n.4, p.361-373.
- NASCIMENTO, C. A. (2008). *Pluriatividade, Pobreza Rural e Políticas Públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Européia*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 282 p.
- NASCIMENTO, C. A. (2007). Pluriatividade e Políticas Públicas: o caso do Sul do Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 27, p. 452-471.
- NASCIMENTO, C. A. (2006). A dialética da pluriatividade: o caso do Sul do Brasil. *Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política*, Vitória, ES. (CD-ROM).
- REIS, J., HESPANHA, P., PIRES, A. R. *et al.* (1990). How 'Rural' is Agricultural Pluriactivity? *Journal of Rural Studies*, Great Britain, v.6, n.4, p.395-399.
- SACCO DOS ANJOS, F. (1994). *A Agricultura Familiar em Transformação: o caso dos colonos-operários da Massaranduba, Santa Catarina*. Pelotas: Editora da UFPEL. 169p.
- SCHNEIDER, S. (1999). *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS. 205p
- SOUZA, M. (2000). *Atividades Não-Agrícolas e Desenvolvimento Rural no Estado do Paraná*. Campinas, SP. Unicamp-FEAGRI. (tese de doutoramento)